

Surtos de Crescimento de Rio Branco – Acre

Growth Surges in Rio Branco – Acre

Mariana Mirandaⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este trabalho se propõe a identificar os surtos econômicos ocorridos no Acre e suas possíveis relações com os momentos de surtos demográficos vivenciados pela cidade de Rio Branco. Busca indagar se os surtos foram capazes de propiciar uma transformação no setor produtivo, criando um “trabalho novo”, representativo de nova divisão social do trabalho que modifica o conteúdo, a estrutura e a complexidade da economia; uma participação de todas as camadas sociais na renda gerada e nos bens imateriais.

Palavras-chave: Rio Branco; Acre; Surtos Demográficos; Surtos econômicos.

Abstract: The aim of this article is to identify economic surges in Acre State and their possible relationship with demographic surges in the capital city of Rio Branco. The main question is whether the surges transformed the productive sector and created a new division of labour, which modified the content, the structure and the complexity of the local economy and with participation of all social groups present in the income generated and in the immaterial wealth produced.

Keywords: Rio Branco; Acre; Economic surges; Demographic surges.

Introdução

A origem, o crescimento e o desenvolvimento da cidade de Rio Branco só podem ser compreendidos a partir do processo histórico da formação territorial do Acre associado à extração e exportação do látex. Pretende-se neste capítulo identificar os surtos econômicos ocorridos no Acre e suas possíveis relações com os momentos de surtos demográficos vivenciados pela cidade.

Os surtos econômicos, representativos de momentos em que os processos econômicos têm força de competição em diferentes níveis, tendem a favorecer lucros para as regiões que oferecem produtos valorizados por demanda de mercado regional, nacional e/ou internacional. Consequentemente, viabilizam também o crescimento dessas áreas, que pode perdurar ou não.

Assume-se que os surtos econômicos ocorridos no Acre tiveram força de promover, em determinados períodos, não só o crescimento econômico, mas também o crescimento urbano, principalmente em Rio Branco.

ⁱ Professor Adjunto, pesquisadora do Laboratório de Gestão do Território – LAGET. cymamiranda@gmail.com

Nesse processo, a posição geográfica de Rio Branco, no Vale do rio Acre, atribuindo-lhe vantagens locais para o escoamento da produção pelas condições de navegabilidade, e maior proximidade com a cidade de Manaus, fez com que a cidade se destacasse do conjunto urbano acreano e amazônico.

Duas questões são importantes de serem aqui levantadas para uma melhor compreensão do papel dos surtos em Rio Branco. Do ponto de vista produtivo e social, foram os surtos capazes de propiciar:

- uma transformação no setor produtivo, criando um “trabalho novo”, representativo de nova divisão social do trabalho que modifica o conteúdo, a estrutura e a complexidade da economia?
- uma participação de todas as camadas sociais na renda gerada e nos bens imateriais?

Origem e Desenvolvimento da Cidade de Rio Branco

Rio Branco é uma das cidades amazônicas com povoamento significativo localizada fora do grande eixo de circulação constituído pelo vale do rio Amazonas. Ela expressa a força de expansão da exploração extrativista que resultou não só no controle, mas na conquista de novo território.

Formação do Acre

A incorporação da grande área do extremo oeste da Amazônia, que corresponde atualmente ao estado do Acre, em território brasileiro, resultou de um processo diretamente relacionado com a abundante presença de árvores produtoras de borracha (*hevea brasiliensis*) e caucho (*castilla elastica*) nos altos cursos dos rios da margem direita da bacia amazônica.

Essa esquecida área da Amazônia, nos meados do século XIX, era ocupada por indígenas de grupos étnicos diversos, que adentraram o território provavelmente expulsos de suas áreas originais por força da ação dos colonizadores espanhóis. Dois grupos linguísticos – pano e aruak – já se encontravam respectivamente no vale do Juruá e nos vales do Purus e do Acre, quando das primeiras incursões exploradoras de sertanistas e da entrada dos regatões na área em busca da borracha que os índios coletavam.

As novas descobertas do século XIX, como a vulcanização, o pneumático, o disco fonográfico de borracha endurecida, todas elas ligadas à utilização da goma elástica, determinaram uma valorização desta. O valor comercial adquirido então pelo látex associado à organização da economia gumífera impulsionaram o povoamento, com seringais se multiplicando pelos vales dos rios, principalmente do Purus e do Acre.

Os interesses econômicos que determinaram a expansão do povoamento também contribuíram para que as sociedades indígenas, confrontadas com os não nativos, passassem por um processo que envolveu expulsão, expropriação e dizimação de grupos indígenas, processo esse registrado em dois surtos da borracha, onde as “carrerias” (expedições com o objetivo de expulsar os indígenas de suas terras) provocaram o genocídio indígena.

A ocupação, em terras de ninguém reivindicadas pela Bolívia, foi direcionada para o extrativismo ao longo dos rios Juruá, Acre e Purus e movida por interesses nacionais e internacionais, estes últimos interessados na borracha como matéria-prima para o seu desenvolvimento industrial, principalmente após a invenção da bicicleta e do automóvel.

Essa atividade extrativista começou a atrair população para a área e, em 1867, quando foi assinado o Tratado de Ayacucho¹ entre o Brasil e a Bolívia, que reconhecia o “*uti possedetis*” boliviano, cedendo o território do que seria o Acre à Bolívia, os brasileiros já haviam adentrado o território muito além dos limites estabelecidos, reagindo fortemente à cessão do território.

Para a extração da borracha era fundamental um suprimento abundante de mão de obra. A demanda cada vez maior por essa mão de obra teve na imigração de trabalhadores nacionais sua solução. Foi estimulada pelo governo a migração de trabalhadores para a Amazônia e principalmente para o atual Acre, um dos fornecedores da matéria-prima. Conforme Tocantins (1979), diferentemente de outras áreas, as pessoas que migraram para o Acre, no início de sua ocupação, não foram atraídas pela qualidade da terra, nem pelo ouro, nem pelos diamantes, mas pela borracha e seus lucros.

A crise econômica nordestina e as secas de 1877, 1888 e 1900 forneceram os primeiros grandes fluxos migratórios para a região. Segundo Machado (1989, p.377), “mais do que as secas nordestinas, o impulso migratório para a Amazônia estava relacionado às fases de valorização da borracha no mercado internacional”. A migração, ao colocar um contingente maior de trabalhadores na extração do látex, viabilizou um aumento da área de coleta e, conseqüentemente, respondeu à necessidade de aumento da produção para atender ao mercado externo. O período, portanto, de maior fluxo migratório correspondeu ao aumento das exportações, o que revela uma ligação direta da população com a economia no processo de exploração da borracha.

Por força da grande presença de brasileiros em um território ainda sem soberania definida e com interesses nacionais e internacionais conflitantes, a região, principalmente nos vales do Acre e Purus, teve um período de conflagração (1898-1903), resultado da resistência e da revolta dos brasileiros não só aos acordos internacionais que pretendiam ceder o território às empresas estrangeiras, mas principalmente contra uma soberania boliviana, originando-se daí uma série de conflitos. Esses conflitos tiveram como atores, do lado da Bolívia, o governo e trabalhadores bolivianos e também empresas estrangeiras. Pelo lado do Brasil, seringueiros, seringalistas e comerciantes, destacando-se nestes os atacadistas de Manaus e Belém em defesa de suas reivindicações.

Uma vez derrubada a resistência boliviana, a questão passou para a esfera diplomática. Em 1903 (17 de novembro), pela assinatura do Tratado de Petrópolis, o Acre é definitivamente anexado ao Brasil, por meio de compra e permuta de territórios (áreas do Amazonas e Mato Grosso), passando a constituir o Território Brasileiro do Acre.

Em 1904, o Território do Acre foi administrativamente dividido em três departamentos: o do Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre, administrados por prefeitos escolhidos pela presidência.

A questão dos conflitos por questões de limites com o Peru, no Alto Juruá, foi diplomaticamente solucionada por meio de tratado assinado em 1909.

Uma vez definitivamente estabelecidos os limites do novo território brasileiro, o governo central teve por bem, para assegurar política e administrativamente o território

recém-conquistado, criar vilas, em posições estratégicas, nas margens dos rios. Assim foi criada a vila de Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá, e estabelecida Sena Madureira, no Alto Purus, como a capital do território, juntando o interesse do estado com o da iniciativa privada. Esta situação perdurou até 1920, quando, com a desvalorização econômica da borracha e as crises políticas no Acre, a capital foi, nessa data, transferida para Rio Branco, núcleo urbano que, por sua posição, às margens do rio Acre, apresentava maior prosperidade e desenvolvimento. O território foi dividido em cinco municípios: Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Sena Madureira, Rio Branco e Xapuri. Em 1962, o território é elevado a estado da federação, com Rio Branco como capital.

O Acre, cuja formação e ocupação inicial se deram em função da extração do látex e dos movimentos migratórios espontâneos e induzidos, principalmente de nordestinos, tanto no primeiro como no segundo “ciclo da borracha”, vai ter um novo momento quando a política desenvolvimentista e de integração nacional para a Amazônia atinge, na década de 1970, o seu território, até então periférico ao processo.

Com a crise da atividade extrativista da borracha e na tentativa de uma ocupação econômica que dinamizasse o espaço acreano, a ação política do governo federal, apoiada pelo governo estadual, voltou-se para estimular a pecuária como atividade de ponta, por meio de incentivos fiscais e financeiros. Essa ação atraiu fazendeiros e capitais do Centro-Sul. No entanto, foi a ação paralela, voltada para desenvolver projetos de colonização e assentamentos e buscando incrementar a produção familiar, que estimulou a ocupação de novas áreas no Acre, desencadeando um novo surto migratório, dessa vez de “sulistas”, principalmente para o vale do Rio Acre.

A região do vale do Rio Acre, pela sua maior proximidade com Rondônia, até então limite oeste e borda da expansão da fronteira agropecuária, aliada à BR-364, tornou-se o eixo por onde penetrou o vetor de expansão procedente daquele estado a partir de 1970/1980. Por força desse movimento migratório, as ações governamentais concentraram seus esforços de implantação de projetos de colonização, de assentamento e agro – extrativistas nessa região (MIRANDA, 2003). Esse movimento migratório trouxe como resultado um grande aumento do contingente populacional do estado, grandemente concentrado no vale do Acre, com destaque para o município de Rio Branco, no Baixo Acre.

Origem da cidade de Rio Branco

A cidade de Rio Branco, no Acre, tem sua origem vinculada ao processo de ocupação de um território considerado “terras não descobertas”,² conquistado pelo avanço das frentes de exploração do látex para a produção da borracha em meados do século XIX.

A primeira exploração que chegou à região de Rio Branco foi a de Manuel Urbano da Encarnação, que, em 1861, pelo rio Purus, atingiu o vale do Acre, ali encontrando tribos indígenas do grupo Aruak. A ele seguiram-se outros, tornando-se o vale do Acre local de encontro e conflitos entre a sociedade indígena nativa e os não indígenas.

A partir da metade do século XIX, a borracha tornou-se um produto importante para países europeus e os Estados Unidos e de valor no mercado. Dado o interesse desses pa-

íses e do Brasil na extração da matéria-prima para a fabricação de produtos de borracha (capas, solados, apagadores, pneumáticos, câmaras), grupos econômicos internacionais, principalmente americanos e ingleses, tornaram-se financiadores dessa exploração. As casas aviadoras de Manaus e Belém, intermediárias das transações, não só financiavam vários tipos de operações, garantindo crédito e promovendo o incentivo comercial nos seringais, como também recrutavam a mão de obra que iria trabalhar nesses seringais. A mão de obra constituía o maior problema para esse sistema econômico.

Com a grande seca nordestina de 1877/1878, levas de nordestinos que se refugiaram na Amazônia dirigiram-se para o Acre, sustentando a extração da borracha, seja como mão de obra, seja mesmo fundando os seringais. Em 1882 chegou ao Acre o cearense Neutel Maia, acompanhado de sua família e de trabalhadores para a extração do látex. Fundou seu seringal numa grande volta do rio Acre, à sua margem direita, onde instalou os primeiros barracões, logo abrindo outro seringal na margem esquerda, o qual denominou de “Empresa”. Em 28 de dezembro de 1882 estavam lançados os primeiros fundamentos do que viria ser a cidade de Rio Branco. A cidade cresceu entre duas curvas do rio Acre, “volta da empresa” e “igarapé da judia”, numa situação favorável à circulação fluvial.

Cresceu a população do seringal, que se tornou o mais importante. Seu povoado era bastante movimentado, com a presença de pontos comerciais que abasteciam as embarcações que subiam o rio no transporte da borracha. “Empresa” tornou-se o centro das lutas que terminaram por garantir a posse do Acre para o Brasil, confirmada pelo Tratado de Petrópolis em 1903.

O Decreto Federal n. 5.188, de 7 de abril de 1904, estabelece a primeira divisão territorial para o Acre, e o Empresa e outros seringais do vale do Purus e Acre passam a constituir o Departamento do Alto Acre. Empresa, em 28 de agosto de 1904, é elevada à categoria de vila e sede do Departamento do Alto Acre, iniciando-se então a instalação dos primeiros serviços essenciais. Ainda no mesmo ano, passa à categoria de cidade. O primeiro prefeito do Departamento do Alto Acre instalou a prefeitura na margem direita do rio, e o local passou a ser chamado Villa Rio Branco.³

“Villa Rio Branco” se transformou no principal centro urbano de todo o vale do Acre, o mais rico e produtivo do território. A rua, na margem direita do rio, era o local de concentração dos negócios, onde estavam instalados os representantes comerciais das casas aviadoras nacionais e estrangeiras, da moradia das principais famílias que constituíam a elite urbana, formada pelo funcionalismo público e por profissionais liberais. Essa margem, que viria a ser posteriormente o segundo distrito de Rio Branco, foi chamada de “Bairro Beirute” pela grande quantidade de sírio-libaneses aí residentes.

Quando, em 1908, é criada a comarca, ou seja, a circunscrição judiciária do Alto Acre, Empresa é designada para sede da cidade do mesmo nome. Em 1910, a sede é transferida para a margem esquerda do rio, local livre de alagações, e recebe o nome de Penápolis. Em 1911 é então criado o município de Empresa, juntando Villa Rio Branco com Penápolis, passando a cidade, constituída pelos dois núcleos a se chamar Penápolis, nome que foi mudado, um ano depois, para Rio Branco. Com a nova organização do território em 1913, Rio Branco passa a ser município.

Segundo Guerra (1951), a primeira fase de evolução da cidade de Rio Branco corresponde ao período entre a instalação do seringal e 1909, com as construções das

habitações em ritmo ainda lento na margem direita do rio Acre. A segunda fase é a do desenvolvimento da margem esquerda do rio nas terras do seringal Empresa e vai até 1930.

No final da década de 1920, vários órgãos começam a ser instalados, são ampliados os serviços e novas edificações vão surgindo, revelando o crescimento físico e a prosperidade da cidade.

Em 1920 são extintos os departamentos e unificados os municípios em torno de um governo central. O Acre se torna então Território Federal.⁴ A cidade passa a ser a capital do novo território e, após 1962, quando o território é transformado em estado, a capital do estado do Acre.

No Acre, os primeiros agrupamentos humanos se formaram a partir do seringal, que constituía um núcleo com características próprias e que pode ser visto como “a primeira grande unidade social da Amazônia”. No entanto, o núcleo seringal, segundo Rancy (1992, p.138), não evoluiu de forma a originar concentrações urbanas. Para ela:

Os núcleos urbanos no Acre surgiram de maneira artificial, justificada pela necessidade de atender a uma exigência político-administrativa que possibilitasse assegurar, em termos definitivos, o território que, militar, política e diplomaticamente, havia sido conquistado.

Dessa forma, o estado, por meio das cidades e vilas, garantia não só o domínio do território como as condições necessárias á organização da produção.

Muito embora a evolução natural dos seringais não tenha originado os núcleos urbanos, é fato que locais de sedes de seringais foram muitas vezes escolhidos para fixar concentrações urbanas, surgidas em função de questões político-administrativas e de produção e comercialização da borracha, como foi o caso de Rio Branco.

Rio Branco, por sua posição geográfica, respondia às exigências da economia acreana e do novo sistema centralizado instituído a partir de 1920 e firmava-se politicamente, exercendo papel de convergência na economia, não só da borracha, mas regional.

Surtos Econômicos em Rio Branco

“Boom” e declínio da borracha – 1877-1920 – 1940-1950

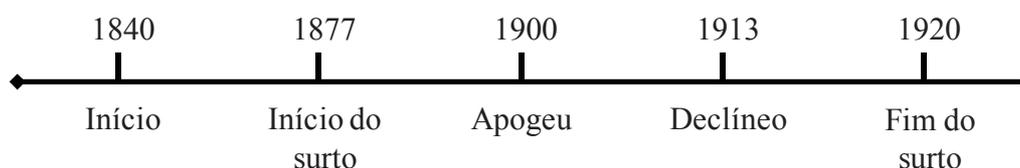
Como já assinalado, as descobertas tecnológicas, a partir de meados do século XIX, tornaram a goma elástica uma matéria-prima fundamental para os mercados norte-americano e europeu. Primeiramente com a expansão do comércio internacional e, num segundo momento, com a expansão da grande indústria automobilística e de pneumáticos, registrou-se uma enorme valorização do produto no mercado internacional. Nesse contexto, a Amazônia, que contava nos vales de seus rios com o predomínio de espécies produtoras de borracha, passa a ser vista como a grande supridora de matéria-prima para esse mercado internacional.

A conjugação da oferta de um produto, como a borracha da Amazônia, com a demanda em grande escala do mercado internacional determinou a ocorrência de um surto econômico que durante alguns anos provocou profunda transformação, no caso da

Amazônia e mais particularmente do Acre, e do cenário regional e local. A valorização da borracha em âmbito internacional mobilizou recursos para a região e propiciou grandes lucros para os comerciantes, como os atacadistas e exportadores. Registrava-se uma disputa pela captura da renda sobre a produção do látex por diferentes agentes (seringalistas, aviadores, atacadistas, exportadores). A borracha do Acre representou uma grande fonte de renda para os cofres amazonenses.

Embora a atividade extrativista para a obtenção da borracha já se realizasse de forma crescente desde 1840, é a partir de 1877 que a extração toma impulso. Nessa ocasião, seringalistas, financiados pelas casas aviadoras de Manaus e Belém, recrutaram mão de obra nordestina para trabalhar nas colocações. Pode-se colocar esse momento como o início, no Acre, do primeiro surto econômico da borracha que atingiria o seu “boom” trinta anos depois. O período de apogeu durou dez anos, quando então fatores internos e externos conduziram ao declínio econômico a atividade de extração do látex.

A linha temporal traçada abaixo mostra os diferentes momentos da produção da borracha no Acre:



Durante o período do chamado primeiro ciclo da borracha, a produção brasileira desse material chegou a representar 61% da produção mundial. O Acre chegou a ser o terceiro maior contribuinte tributário da União. A borracha representou, no apogeu da produção, 28% das exportações brasileiras. As figuras a seguir mostram a produção e a exportação do Acre e da Amazônia no período áureo da borracha, respectivamente.

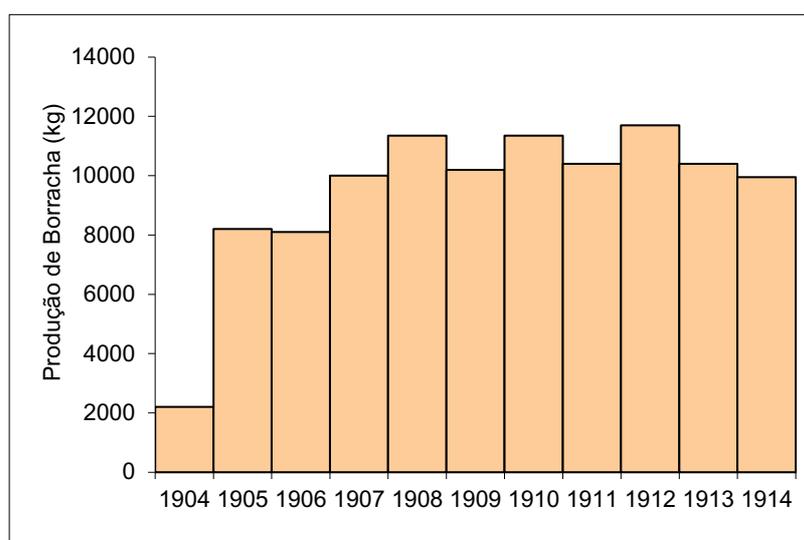


Figura 1 – Produção de borracha no período de 1904 a 1914.

Fonte: Guerra (1955, p.213).

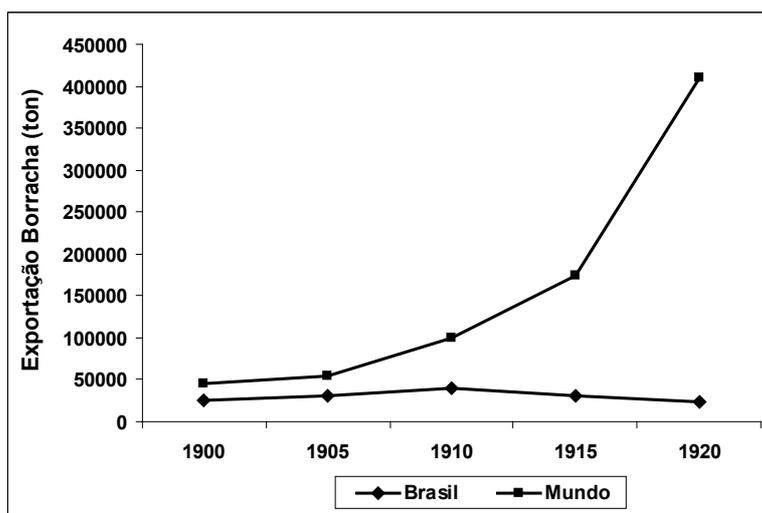


Figura 2 – Exportações brasileiras e mundiais de borracha crua.
Fonte: Guerra (1955).

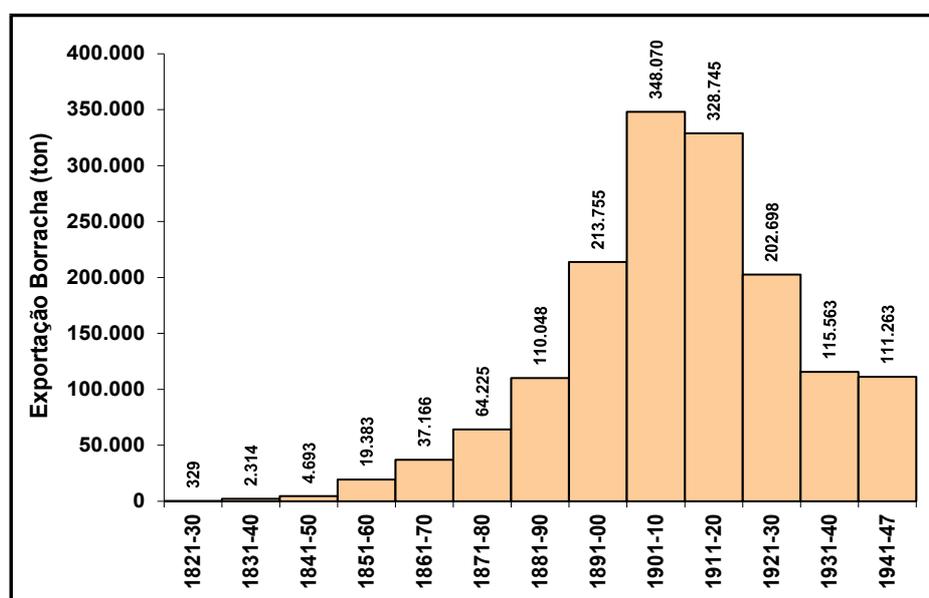


Figura 3 – Exportação de borracha silvestre amazônica – 1821-1947
Fonte: Benchimol (1977).

A partir de 1910 começa o declínio da exportação da borracha brasileira com a entrada no mercado internacional da borracha da Malásia, produzida com menores custos e mais produtividade. Quando, em 1876, Henry Wichman levou mudas de seringa para a Inglaterra, os ingleses trataram logo de começar as plantações em sua colônia. Essas plantações, organizadas com mais racionalidade e tecnologia, geravam uma produção capaz de chegar ao mercado internacional com um preço mais baixo. A forma como a borracha era extraída no Brasil e a pouca infraestrutura não davam à produção brasileira condições de vencer a concorrência asiática, e daí o débacle da economia gumífera.

Com o declínio da atividade e pelo fato de a extração e exportação da borracha no Acre não terem, em sua fase áurea, conseguido dinamizar e diversificar a economia local

e regional, a região retornou a um estado de estagnação. Esse estado perdurou de 1920 até 1940, quando um novo surto da borracha vai acontecer, mas com curta duração.

Com a guerra, as exportações da borracha asiática não puderam mais ser realizadas, e a borracha brasileira, única disponível no mercado, ganha uma nova valorização. Os Estados Unidos, necessitando da borracha para suprir a indústria bélica aliada, voltaram-se para o Brasil e, por meio de acordos com o governo brasileiro – Acordos de Washington –, investiram na borracha brasileira, que seria produzida exclusivamente para os Estados Unidos, cabendo, dessa vez, ao Estado o monopólio na compra e venda da borracha. O Governo, dessa forma, intervia na produção do látex, contando com a ajuda da Rubber Reserve Company no tocante ao estímulo à produção. Mais uma vez, também, o suprimento da mão de obra barata, necessária ao aumento da produção, veio do Nordeste. Com a seca de 1942 no Nordeste, junto com uma propaganda ideológica, foi possível ao governo recrutar cerca de 30 mil trabalhadores, os chamados “soldados da borracha”.

No entanto, esse renascer da atividade gumífera durou pouco. Acabada a guerra, voltaram as plantações da Malásia e Ceilão a competir no mercado internacional da borracha. Os Estados Unidos, já não precisando da matéria-prima brasileira, deixaram de financiar a produção. O Acre e outras áreas produtoras de borracha na Amazônia não puderam novamente vencer a concorrência. A região, por ter se mantido na dependência quase total da exportação da borracha, não encontrando mercado, defrontou-se com um novo momento de estagnação econômica.

Novamente ocorreu a evasão dos seringueiros, com os “soldados da borracha” retornando para suas áreas de origem ou buscando a cidade e/ou outros lugares da Amazônia.

As relações de trabalho nos surtos da economia gumífera

Analisando-se os dois surtos da borracha em seus componentes sociais e econômicos, verificamos que o processo não foi totalmente igual. Podemos destacar como atores principais no processo de produção e comercialização da borracha o seringueiro, o seringalista, as casas aviadoras, as casas exportadoras (ligadas ao capital internacional),⁵ o Governo. Outros atores secundários participaram do processo, atuando principalmente na área do seringal (gerente, guarda-livros, caixeiro, mateiro, toqueiro, meeiro, regatão, comboeiro). O primeiro surto pode ser representado pelo seringueiro, mão de obra livre submetida ao seringalista (patrão); seringalista, “explorado” pelas casas aviadoras de Manaus e Belém; casas aviadoras, dependentes das casas exportadoras; e casas exportadoras, representantes do capital internacional. O sistema dominante é o aviamento (cadeia de fornecimento de mercadoria a crédito), novidade criada com o desenvolvimento da produção de látex e sua importância no mercado. O sistema de aviamento representou uma nova forma de trabalho, um trabalho novo que substituiu a forma tradicional do regatão. Segundo Santos (1980), o aviamento é um tipo de crédito peculiar às regiões que apresentam as seguintes características:

- a) base de recursos naturais especialmente ampla e de difícil acesso;
- b) atraso de técnicas de produção;
- c) índice de participação do dinheiro nas trocas muito baixo ou nulo;
- d) presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras ou de agentes capazes de virem a exercê-las;
- e) ligações dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra o crédito;

- f) demanda externa ativa sobre um ou mais produtos da área.

No segundo surto, as relações já se modificam. Continua o sistema de aviamento, o seringueiro dependente do seringalista. O papel então atribuído às casas aviadoras passa a ser do estado, com o monopólio da compra e venda da produção.

Trajectoria de Rio Branco após o declínio da economia da borracha

No contexto econômico do Acre, após a desvalorização da borracha amazônica, muitos seringalistas não tiveram condições de manter seus seringais funcionando dentro do sistema de aviamento e ficaram inadimplentes com as casas aviadoras de Manaus e Belém, que, em grande maioria, acabaram falindo.

A extração do látex voltou a ser apenas uma atividade de sobrevivência para as populações que se mantiveram nos seringais, que, com o fim do aviamento, se transformaram em seringueiros autônomos e passaram também a plantar, muitos deles uma agricultura de subsistência, negociando diretamente com os regatões.⁶

Ao lado dos resquícios da borracha, a economia do Acre ficou baseada numa pequena agricultura familiar, produtora da chamada lavoura branca (milho, feijão, arroz, mandioca). A castanha, que sempre foi extraída, passou a ser o principal produto de exportação, junto com o óleo de copaíba.

A partir dos anos 1970, contudo, são implantadas novas atividades no estado: a pecuária, que, crescendo em ritmo acelerado, configura um “boom” no início do novo milênio, e o extrativismo madeireiro, atividade parceira da criação de gado.

Distinguem-se assim, após o declínio da borracha, atividades extrativistas tradicionais estagnadas e novas atividades, que respondem por um novo “boom”.

Atividades Extrativistas Tradicionais (borracha e castanha)

A borracha

Com as novas formas de ocupação da terra no Acre e os conflitos resultantes, seringueiros e colonos começaram a tomar consciência da necessidade de lutar por seus direitos e da importância da organização. O homem do campo e da floresta, auxiliado por diversas instituições, foram se organizando em sindicatos e reivindicando o princípio de direito à terra. No final dos anos 1980, os seringueiros reivindicavam o uso coletivo da terra, e a seguir a defesa do meio ambiente foi incorporada à sua bandeira. A partir dessa luta é que foram criadas as Reservas Extrativistas (RESEX) e os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs). A maior delas, a Reserva Chico Mendes, criada em 1991, abrange a área de sete municípios, entre eles o de Rio Branco, e nela atuam três associações de moradores extrativistas que têm como atividade a produção da borracha, a coleta da castanha, o cultivo de arroz, feijão, milho, pequena pecuária e criação. Algumas outras atividades, para a diversificação da produção, foram pensadas para essas reservas, como o cultivo da pimenta-longa, do açaí e da pupunha, o aproveitamento da madeira, o mel e as ervas medicinais. As RESEX representaram, portanto, uma inovação no que diz respeito à atividade extrativista.

Num contexto de preocupação com a preservação ambiental e de questionamentos sobre as formas de gestão do espaço, políticas ditas sustentáveis foram também executadas no Acre por meio de experimentos alternativos em projetos de assentamento – os PD/As. Miranda (2001)

Mas é a força da sociedade civil que atribui feição *sui generis* a esse estado. Com o chamado “Governo da Floresta”, a partir de 1998, surgiu a preocupação de resgatar as origens acreanas na sua relação com a floresta e garantir a defesa desta. “Florestania” é a palavra inventada no Acre para representar um posicionamento e uma atuação identificados com a floresta e sua defesa, uma cidadania preocupada com a floresta.

Durante o novo modelo da economia do Acre, a extração da castanha e da borracha continuou a ser atividade importante não só para os povos da floresta como também para os pequenos agricultores de muitos projetos de assentamento. As tabelas e gráficos a seguir, que mostram a variação da produção da borracha nos municípios do Acre e em Rio Branco na passagem do milênio, revelam uma queda constante da borracha produzida, que se tornou uma atividade praticamente inexpressiva.

Tabela 1 – Produção de borracha no Acre no período 1990-1998.

BRASIL, ACRE E MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (TONELADA)								
	ANO								
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil	24	22	20	19	16	14	8	7	6
Acre	12	12	10	10	8	8	4	3	2
Acrelândia	-	-	-	503	488	444	24	22	24
Assis Brasil	67	68	65	58	50	39	1	1	1
Brasiléia	455	707	654	392	352	348	232	219	218
Bujari	-	-	-	134	130	133	48	46	38
Capixaba	-	-	-	353	247	219	201	180	180
Cruzeiro do Sul	2	2	1	47	26	25	13	9	9
Epitaciolândia	-	-	-	307	261	256	77	71	71
Feijó	917	844	645	931	687	629	817	524	183
Jordão	-	-	-	39	182	210	201	199	50
Mâncio Lima	248	263	204	171	97	91	0	0	-
Manoel Urbano	441	459	428	270	266	24	185	182	175
Mar. Thaumaturgo	-	-	-	729	411	385	243	179	102
Plácido de Castro	2	2	1	1	1	847	4	4	4
Porto Walter	-	-	-	496	280	262	93	67	38
Rio Branco	1	1	1	758	758	634	148	142	129
Rodrigues Alves	-	-	-	12	7	6	2	1	1
Sta Rosa do Purus	-	-	-	116	69	70	14	13	10
Senador Guiomard	1	1	1	1	1	939	96	88	70
Sena Madureira	1	1	960	864	594	540	290	250	231
Tarauacá	685	764	653	400	322	787	267	269	190
Xapuri	773	993	910	864	692	638	299	282	245
Porto Acre	-	-	-	536	509	465	499	438	361

Fonte: IBGE (1990-2007).

Tabela 2 – Produção de borracha no Acre no período 1999-2007.

BRASIL, ACRE E MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (TONELADA)								
	ANO								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	6	6	4	4	4	4	5	4	4
Acre	3	3	2	2	1	2	2	1	1
Acrelândia	24	24	42	3	15	30	15	2	19
Assis Brasil	1	2	31	29	29	23	13	14	21
Brasiléia	220	235	174	113	116	208	216	206	226
Bujari	39	36	30	10	10	19	10	18	4
Capixaba	178	182	157	46	49	50	172	146	44
Cruzeiro do Sul	10	12	12	4	6	-	-	-	-
Epitaciolândia	73	93	124	57	58	23	22	12	10
Feijó	125	156	231	204	137	146	128	74	163
Jordão	38	42	38	29	22	26	41	22	12
Mâncio Lima	8	8	6	-	-	-	-	-	-
Manoel Urbano	150	182	83	71	64	44	46	26	31
Mar. Thaumaturgo	95	81	79	72	71	-	70	75	67
Plácido de Castro	6	6	55	51	72	17	130	69	6
Porto Walter	32	41	9	6	5	2	2	2	2
Rio Branco	136	137	290	255	259	381	285	255	139
Rodrigues Alves	2	2	1	-	-	-	-	-	-
Sta Rosa do Purus	10	10	3	-	4	2	2	2	1
Senador Guiomard	70	68	50	55	48	48	72	61	13
Sena Madureira	760	514	305	328	283	290	248	139	182
Tarauacá	101	311	249	107	81	93	105	77	88
Xapuri	251	302	187	144	149	295	479	189	195
Porto Acre	360	342	239	18	12	13	17	19	3

Fonte: IBGE (1990-2007).

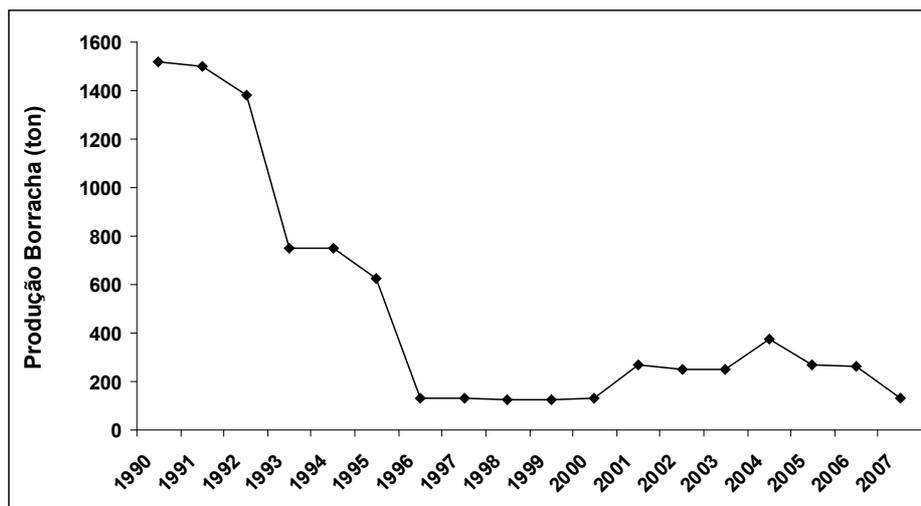


Figura 4 – Produção de borracha em Rio Branco.

Fonte: IBGE (1990-2007).

A preocupação por parte do governo para tornar as atividades extrativistas mais rentáveis para essas populações demandou medidas. No caso da borracha, trata-se de estímulo ao aprendizado para a produção de uma borracha de qualidade superior para ser utilizada na indústria de pneumáticos e na produção do látex para camisinhas. Essa produção é comercializada e distribuída pela Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre Ltda. (Cooperacre), localizada na cidade de Rio Branco.

O baixo preço da borracha, no entanto, faz com que o seringueiro não se sinta estimulado a cortar a seringa. Para a seringa falta garantia de preço mínimo e uma política nesse sentido, o que representa um desestímulo ao corte. O subsídio vem sendo mantido igual há muitos anos, e o preço da borracha tem despencado. Houve uma revitalização do extrativismo, mas não estão asseguradas as perspectivas de que possa perdurar.

As unidades produtoras de preservativos e de borracha para pneumáticos, localizadas respectivamente em Xapuri e Sena Madureira, vêm produzindo, mas no caso da segunda, muito abaixo de sua capacidade instalada.

Até o presente momento, a atividade extrativista da borracha no Acre necessita, para a sua sustentabilidade, do apoio do governo.

A castanha – atividade coadjuvante

A castanha-do-brasil, amêndoa da *Bertholletia excelsa*, que tem sua ocorrência nativa na Amazônia, começou a ser explorada de forma comercial, segundo Almeida (1963), ainda no século XVII. Sua valorização para o mercado externo e o início de sua exportação deram-se na década de 1920.

Na região amazônica, a atividade extrativista da castanha apresenta particularidades conforme a região e a comunidade produtora.

No Acre, diferentemente do Pará, a extração da castanha não foi a principal atividade econômica e nem se apresentou como um surto. Constituiu-se uma atividade constante e complementar a extração da borracha, praticada desde os primeiros tempos por uma população coletora, quase que exclusivamente de seringueiros, em sua maioria de origem nordestina.

Alto Acre, Baixo Acre (onde se situa Rio Branco) e Purus são as regiões identificadas como produtoras pela Secretaria de Estado de Extrativismo e Produção Familiar do Acre (SEPROF).

Após a crise econômica da borracha e o declínio da produção gumífera, a castanha passou a representar, para o Acre, o principal produto extrativo e exportador. As transformações ocorridas no sudeste do Pará a partir dos anos 1960, que contribuíram para a destruição dos recursos florestais, incluindo os castanhais, ao eliminar essa base de recursos, permitiram que outros estados, como o Amazonas e o Acre, adquirissem uma nova posição, se destacando como produtores. Entretanto, oscilações e queda sempre foram uma constante na produção brasileira e regional da castanha. As figuras a seguir, referentes aos períodos 1920-1950 e 1990-2007, exemplificam a situação.

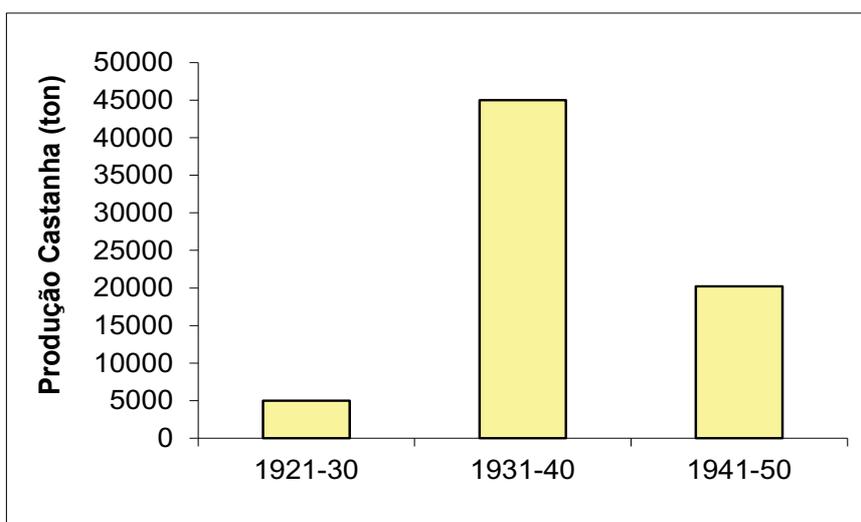


Figura 5 – Produção de castanha no Acre.
Fonte: Ministério da Agricultura (1952).

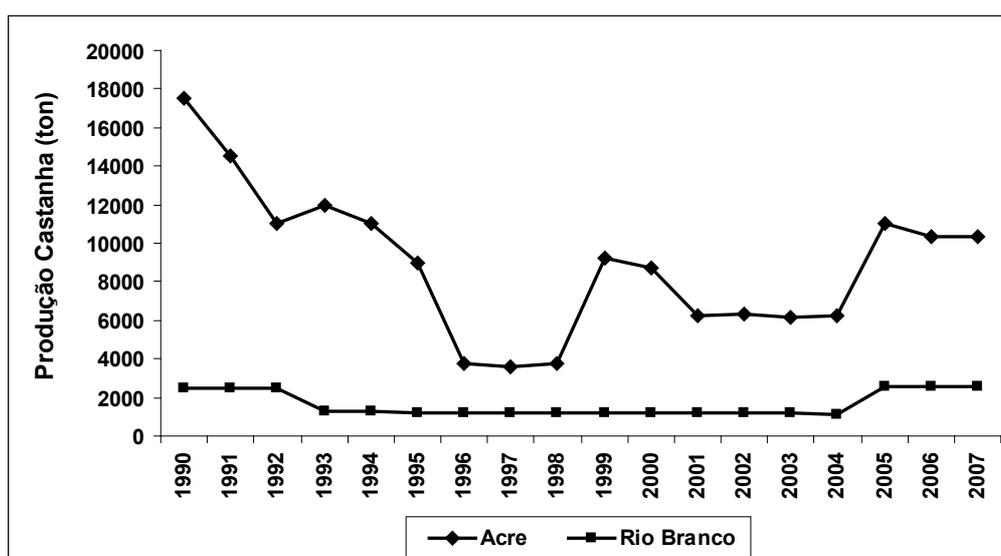


Figura 6 – Produção de castanha no Acre e em Rio Branco.
Fonte: IBGE (1990-2007).

O Acre, embora esteja contribuindo de forma expressiva para a produção e para o mercado exportador, vem sofrendo com a concorrência dos países vizinhos, principalmente a Bolívia. Esta tem investido em unidades de beneficiamento em áreas fronteiriças e, por meio de atravessadores, busca comprar a castanha *in natura* dos coletores das áreas próximas. Por outro lado, vem agregando valor ao seu produto pelo emprego de tecnologia no setor. Conseqüentemente, os reflexos dessa concorrência se fazem sentir nos municípios produtores do Vale do Acre, entre eles Rio Branco.

No caso da castanha, a organização de cooperativas juntamente com a implantação de usina de beneficiamento significaram mudanças e melhorias para os produtores. A primeira e mais significativa foi o aumento do preço do produto, que, beneficiado, passou a valer muito mais do que *in natura*. A melhoria também está ligada com a mudança na cadeia de comercialização, com a saída do atravessador e a relação direta com a empresa, comercialização essa feita para o mercado nacional através de Rio Branco, pela cooperativa central.

As Novas Atividades

A pecuária – um "boom" com outro significado

A estagnação da economia acreana se manteve até meados dos anos 1970. Somente com a política de integração da Amazônia ao restante do país, que previa a ocupação e o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e criava condições de investimentos do grande capital, o Acre, até então marginal, começou a ser incorporado ao processo. O Programa Poloamazônia, induzindo a ocupação de áreas não ocupadas, fez com que empresários nacionais e até mesmo estrangeiros viessem a adquirir grandes extensões de terras na região. Ocorreu, portanto, uma ruptura tanto na base econômica como na social até então vigente.

No Acre, os seringais em decadência começaram a ser adquiridos por grandes proprietários e grupos econômicos do Sul e Sudeste do país. As grandes fazendas surgiram pelos benefícios então oferecidos – financiamento bancário a baixo custo. Entre os grupos econômicos que adquiriram grandes extensões de terra para pecuária podemos citar Bradesco, Borbon, Café Cacique, Atlântica Boavista, Manasa, Viação Garcia, que vieram a repassar suas terras para grandes fazendeiros, vindos principalmente de Presidente Prudente.

Dessa forma foi introduzida, no Acre, a pecuária extensiva. As áreas de seringais passaram a ser grandes extensões de pastagens plantadas. Uma nova forma de ocupação e de uso da terra foi estabelecida, principalmente no Vale do Rio Acre, no sul do estado, com destaque para o município de Rio Branco. Inicia-se assim, após o processo falimentar da atividade extrativista, o que se pode chamar de um novo surto econômico, o da pecuária, dessa vez tendo como protagonista a elite pecuarista do Centro-Sul.

Novas relações de trabalho são estabelecidas com os até então ocupantes convertidos em força de trabalho para a atividade pecuarista. Seringueiros transformam-se em peões assalariados e diaristas. Nesse novo processo, seringueiros, índios, colonos foram retirados de suas terras. Vários métodos, inclusive a violência, foram utilizados para forçar a saída dos antigos ocupantes e liberar as terras, que passam a ter novos donos. No Acre, já no final da década de 1970 e princípio da de 1980, conflitos fundiários haviam

se intensificado. A pecuária se instalava então em moldes predatórios, concentrador de terra e com custos sociais e ambientais

Paralelamente à ocupação da terra pela pecuária, por ação do governo, foram criados projetos de colonização e assentamentos, em sua maioria no Vale do Acre. Essa região, por sua maior proximidade com Rondônia e a presença da BR-364, tornou-se o eixo por onde penetrou o vetor de expansão procedente daquele estado a partir do final da década de 1970 e início da de 1980. Devido a esse movimento migratório, as ações governamentais concentraram seus esforços de implantação de projetos de colonização, de assentamento e agroextrativistas nessa região (MIRANDA, 2001).

O surto da pecuária não foi, portanto, um processo isolado. Ocorreu juntamente com outras formas de ocupação da terra, representando uma mudança significativa da economia da região e da organização espacial até então existente quando dos surtos da borracha.

A pecuária teve um “boom” na virada do milênio, atualmente ocupando, com pastagens naturais e plantadas, 1.784.474 ha. Concentra-se na região do Baixo Acre, principalmente no município de Rio Branco.

A figura abaixo mostra, numericamente, o “boom” da atividade pecuarista na área.

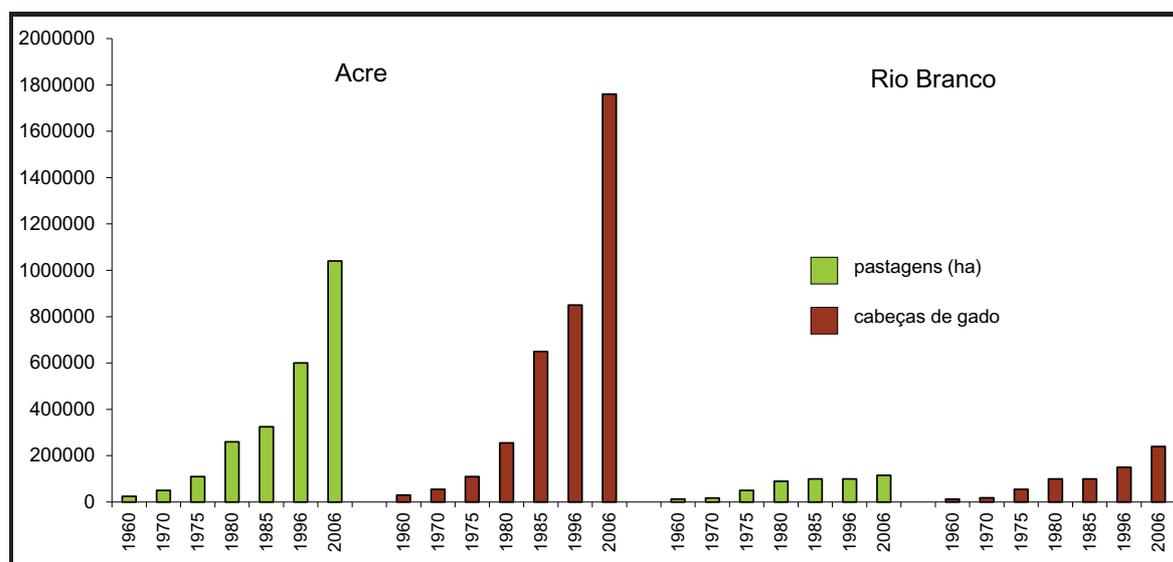


Figura 7 – Crescimento da atividade pecuária no Acre e Rio Branco.

Fonte: IBGE (1960-2006).

Com avanços, altos e baixos em alguns momentos, a pecuária se tornou a atividade econômica mais importante do estado, ocupando principalmente todo o Vale do Acre até a fronteira. O vale do Acre é a região por excelência da pecuária, e o município de Rio Branco apresenta a maior concentração de rebanho bovino. O índice da pecuária acreana é superior ao do país – produção com custo baixo e alto índice de produtividade. Para vencer a concorrência foi necessário buscar não só uma melhor qualidade como conseguir uma relação custo-benefício positiva, de forma a tornar o boi do Acre mais barato que em outras regiões.

O processo em curso da atividade pecuarista no Acre, principalmente na região de Rio Branco, representava uma contradição com o Acre como “Estado da Floresta”. Assim, uma política estadual de sustentabilidade e preservação da floresta faz, atualmente,

com que a pecuária seja limitada pelo “não desmatamento” e que seja buscado, por parte dos pecuaristas, um aumento de produtividade por meio de agregação de tecnologia na pecuária, na tentativa de minimizar o caráter predatório da atividade.

A pecuária no Acre e em Rio Branco, como atividade fundamental, tem respondido pela geração de empregos, não apenas de peões, mas empregos bem remunerados, ligados a atividades especializadas do setor. Mudou também a cultura regional (alimentação, roupa, música) e trouxe reflexos no que se refere ao crescimento das cidades, principalmente a de Rio Branco, porque, com a concentração das empresas pecuaristas no município, seringueiros e colonos, expropriados, migraram para a cidade, onde foram buscar a sobrevivência. Também é a cidade que a mão de obra especializada e qualificada para a pecuária vai procurar. Por outro lado, foi na cidade de Rio Branco e dentro de sua área de influência que os frigoríficos, tanto de capital local, como de grandes grupos nacionais, se estabeleceram.⁷

A extração madeireira

Outra atividade econômica que ganhou expressão nos anos 1980 e particularmente nos anos 1990 foi a da extração madeireira, embora não configurando um surto. A pecuária abriu o caminho para que a madeira viesse também a constituir um novo impulso na economia do Acre. O que na primeira metade do século XX consistia numa atividade sem expressão, apenas consorciada às outras atividades, a partir dos anos 1960 e seguintes começou a ganhar impulso.

No Acre, o processo de introdução da exploração madeireira seguiu os mesmos passos do restante da Amazônia. O desmatamento para a abertura de pastos para a pecuária favorece a instalação de serrarias que passam a aproveitar, explorar e a comercializar a madeira, principalmente as espécies nobres. E o lucro desse comércio financia a implantação das pastagens.

A exploração madeireira no Acre cresceu em ritmo acelerado, e, apesar da preocupação do “Governo da Floresta”, no final dos anos 1990, o desmatamento atingia 10% do estado, chegando em 2008 a 12%. A concentração do desmatamento está na região do vale do Acre, tendo como polo o município de Rio Branco. Viabilizou essa concentração não só o processo de ocupação da BR-364, mas a posição e uma melhor infraestrutura rodoviária e de comunicação dessa região.

A exploração madeireira em escala industrial está relacionada com uma ocupação mais recente. A preservação da floresta, constituindo meta do governo acreano, faz com que a exploração da madeira esteja sujeita a um maior monitoramento. As exigências da legislação ambiental têm levado a que, mais recentemente, essa exploração da madeira vá deixando de ser feita da forma tradicional e sendo substituída pelo manejo. Por outro lado, a indústria madeireira constitui objeto de políticas públicas das quais a fiscalização, o melhoramento e a certificação fazem parte. Existe uma preocupação em agregar valor no uso da matéria-prima por meio da indústria madeireira convencional.

O município de Rio Branco é o maior produtor de madeira em tora e lidera o setor de extração e transformação primária da madeira e o setor de transformação – indústria moveleira e de laminação. Nele estão concentradas as indústrias madeireiras do estado. Em 2002, segundo Rebouças (2006), das 342 empresas do Acre, 220 se encontravam em Rio Branco, incluindo marcenarias (200), serrarias (18) e laminadoras (2).

É na cidade de Rio Branco, em seu Distrito Industrial, que está localizada a maior parte dos depósitos e das indústrias de madeira do município. Sua posição dentro do estado e em relação aos outros estados da Amazônia, seu papel como capital, concentrando infraestrutura, serviços e mão de obra especializada, fazem com que a cidade drene, em seu proveito, os recursos advindos da atividade, criando condições para um crescimento não apenas econômico, mas demográfico.

O Impulso Demográfico em Rio Branco

A falta de informações estatísticas oficiais sobre a população do Acre, no período correspondente ao processo de sua formação e ocupação como unidade territorial brasileira, reduziu o estudo do crescimento da população urbana da cidade de Rio Branco a uma análise temporal limitada ao período em que as informações oficiais passam a existir, ou seja, 1940-2007. Informação anterior só existe agregada em forma de município.

Segundo registros históricos, o núcleo urbano de Rio Branco, originado em 1882, no local sede de um seringal no rio Acre e resultado das primeiras concentrações decorrentes do processo de ocupação do Acre pela extração da borracha, já era, desde o final do século XIX e primeiros anos do século XX, o lugar que abrigava o maior contingente populacional urbano do Acre. Pode-se afirmar que essa concentração urbana na cidade de Rio Branco está diretamente associada ao que se pode chamar de primeiro surto econômico da borracha, decorrente da grande valorização internacional do produto e também da posição geográfica de Rio Branco no território em relação à qualidade do produto e aos centros exportadores e financiadores da produção.

O gráfico a seguir nos mostra a evolução do crescimento populacional no município e na cidade de Rio Branco. Os períodos 1970-1980 e 1980-1991 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento com a população urbana dobrando de tamanho.

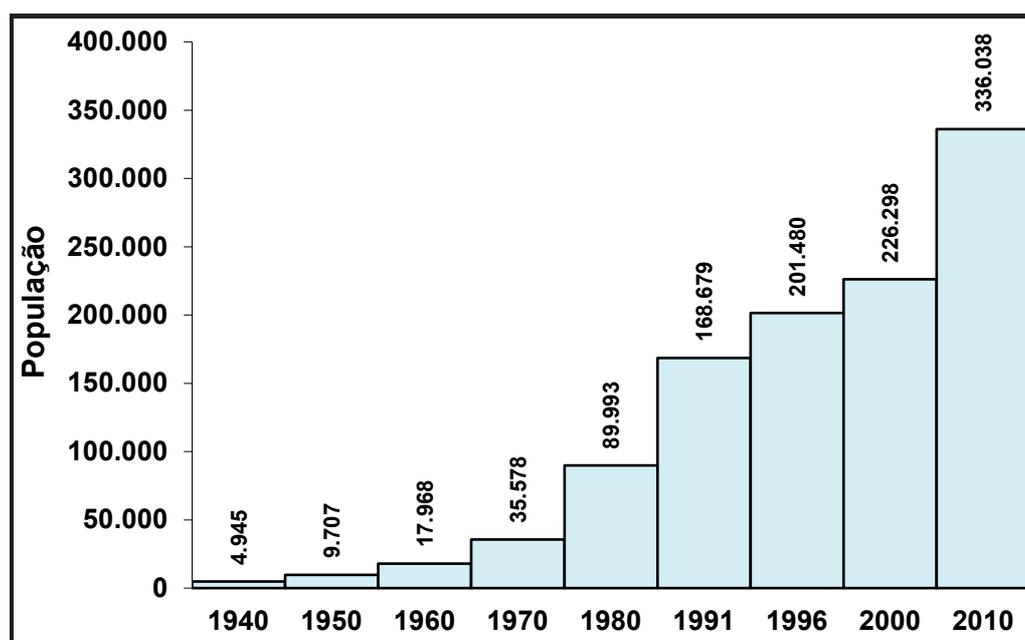


Figura 8 – Crescimento populacional da cidade de Rio Branco.

Fonte: IBGE (1920-2010).

A estagnação econômica do período 1920-1960 refletiu-se na organização urbana não só da cidade de Rio Branco como na de outras do Acre. No caso de Rio Branco, são aspectos marcantes de sua urbanização, apontados por Oliveira (1982, p.33-4) em sua análise da formação e evolução da cidade, os seguintes:

- a) Na década de 1920 e 1930, a crise da economia acreana influenciou a composição da população urbana do município de Rio Branco, decaindo o número daquela vinculada inicialmente à economia mercantil da borracha, fixando-se outra estabelecida em torno do comércio e da administração.
- b) Enquanto Rio Branco mantinha um contingente pequeno, porém mais ou menos estável, absorvido no quadro das atividades locais sobreviventes, as demais cidades acreanas se tornavam na época núcleos de reduzidíssima população. As atividades administrativas e a condição de Rio Branco como capital do território são responsáveis, em parte, pela sua maior dimensão demográfica.
- c) Em 1942-1945, a Segunda Guerra Mundial vai demandar um novo esforço da produção extrativa, resultando na reativação das atividades mercantis. Rio Branco apresenta relativa expansão urbana, uma vez que são criadas colônias nos antigos seringais em torno da cidade, fixando inclusive os chamados “soldados da borracha”, desmobilizados no pós-guerra.
- d) Em torno de 1950, as áreas agrícolas mais próximas de Rio Branco passaram a ser gradativamente incorporadas ao perímetro urbano, com o assentamento de uma população pobre, sem meios próprios de produção, que ocupava áreas tornadas urbanas, sem procedimentos legais que lhes garantissem a propriedade do solo.
- e) Até o final da década de 1960, essa população pobre estava de alguma forma inserida nas atividades urbanas, já influenciadas pelo processo gradual de abertura para o Centro-Sul, que se esboçava desde o começo daquela década.

Com a estagnação e desorganização da economia regional, decorrentes do declínio da produção do látex, houve evasão de população nas áreas produtoras e, conseqüentemente, um crescimento de população urbana, envolvida com a administração e o comércio.

Com uma nova valorização da borracha brasileira no período da Segunda Guerra Mundial, a região amazônica e principalmente o Acre importaram, mais uma vez, mão de obra nordestina. Com essa nova migração, decorrente do novo surto econômico da borracha, ocorreu um crescimento populacional do território e da região comandada por Rio Branco. Após o término da guerra, a economia gumífera voltou a entrar em retração e uma nova evasão de seringueiros se registrou, repercutindo no crescimento da cidade.

É observado que o percentual de crescimento da cidade de Rio Branco no período 1940-2000 foi superior ao do município. A cidade veio crescendo, a partir de 1940 e até 1970, numa taxa que variava de 5,95% a 7,26%, mas apresentando ainda uma urbanização incipiente. No período 1970-1980 ocorreu a “explosão urbana”. A população da cidade de Rio Branco mais que duplicou no período, porque exerceu atração para toda uma população rural, seringueiros e principalmente seringalistas, que viam em Rio Branco a alternativa para continuarem suas funções de compradores e distribuidores de bens. Movimentos sistemáticos de população dos seringais para centros urbanos, especialmente

Rio Branco, se registraram por volta de 1972. A taxa de incremento anual da cidade de Rio Branco no período 1970-1977 estava em 9,9%, refletindo o êxodo para Rio Branco.

No final dos anos 1970 surge um novo marco na economia do Acre, com transformações na esfera produtiva, que repercute mais uma vez no crescimento da cidade de Rio Branco. A incorporação do Acre ao processo de expansão agrícola da Amazônia, com a vinda de empresas e fazendas do Centro-Sul, introduzindo a pecuária, trouxe transformações na esfera produtiva que refletiram na cidade de Rio Branco e em seu desenvolvimento. Esse processo se caracteriza pela presença de grandes empresas e fazendeiros do Centro-Sul, adquirindo grandes extensões de terra e desalojando posseiros e seringueiros, e pela política de criação de assentamentos com a vinda de migrantes de outros estados, principalmente do Sul. Contribuiu para o crescimento de Rio Branco ao propiciar um movimento de evasão da área rural para a cidade e ao demandar novos serviços, e responde pela alta taxa de crescimento no período 1970-1980.

No período subsequente – 1980-1991 –, a taxa de crescimento caiu bastante em relação ao período anterior, mas se mantendo ainda no patamar dos períodos de 1940 a 1970. Nesse período e no posterior, merece registro a vinda e a fixação na cidade de pessoas, profissionais liberais, especialistas, de diferentes regiões do país, principalmente do Centro-Sul, para integrar os quadros da administração estadual e municipal. Uma redução brusca do crescimento da população urbana ocorreu entre 1991 e 2000, mas, em termos absolutos, o crescimento da população urbana foi maior que a do município, conforme pode ser visualizado nas figuras a seguir.

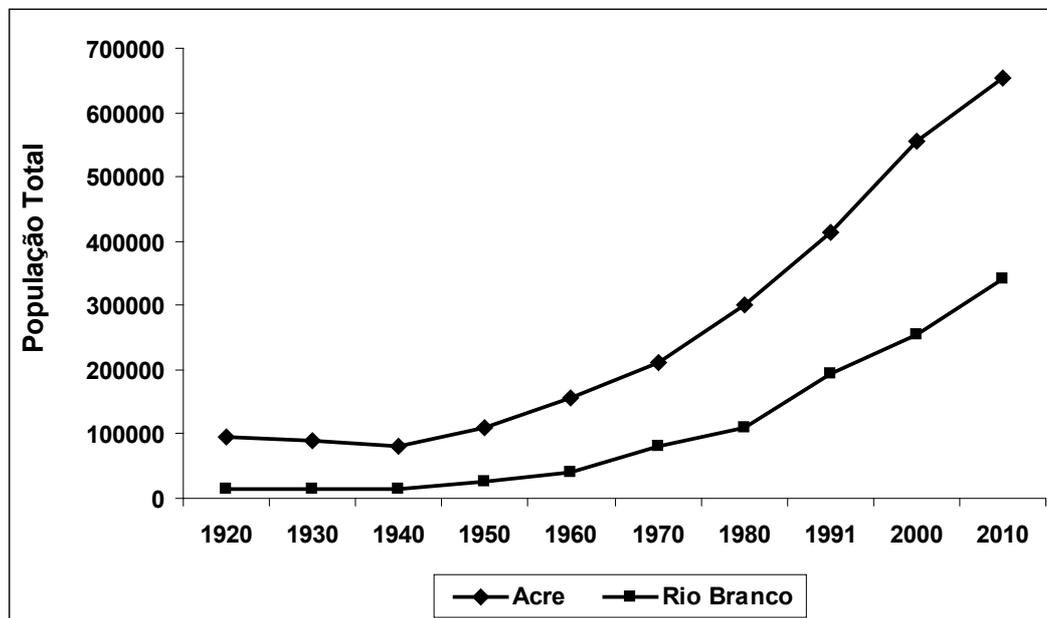


Figura 9 – População total do Acre e de Rio Branco.

Fonte: IBGE (1920-2010).

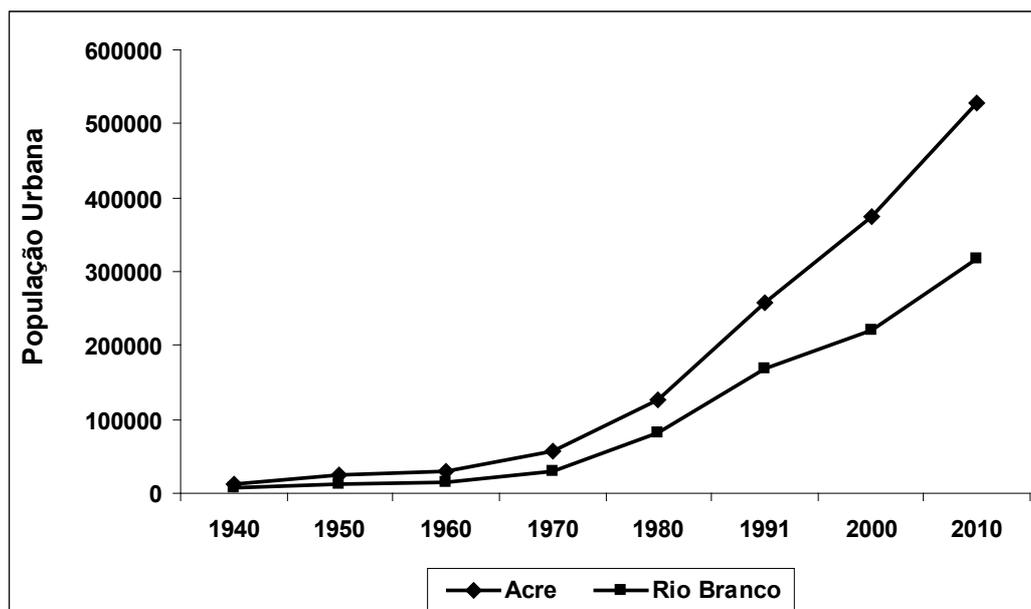


Figura 10 – População urbana do Acre e de Rio Branco.

Fonte: IBGE (1920-2010).

Deve ser levado também em consideração que a região do vale do Rio Acre e particularmente o Baixo Acre passaram por um processo de municipalização, tendo o município de Rio Branco contribuído, com sua área, para a formação de novos municípios.

Pode-se supor que a partir do grande crescimento registrado esteja havendo, presente-mente, uma estabilização do crescimento da capital. Uma análise do que estaria ocorren-do em outras cidades do Acre, principalmente aquelas do Vale do Acre, seria importante como subsídio para a compreensão do processo. A cidade de Rio Branco concentrava, até 2000, aproximadamente 83% da população urbana do Baixo Acre e 63% da do estado.

Na última década, apesar de uma estabilização de seu crescimento demográfico, Rio Branco continuou contando com a migração de uma mão de obra qualificada. Nesse processo foi importante o papel do estado por meio da geração de empregos, serviços e obras urbanas que representaram atrativos para a vinda de população para a cidade.

Por outro lado, a vinda de um grande número de trabalhadores rurais para a cidade trouxe problemas de diferentes naturezas, refletidos na organização do espaço da cida-de, que vê crescer sua periferia, desprovida de infraestrutura básica. E em sua economia urbana, uma vez que o mercado de trabalho regional não tem condições de absorver essa mão de obra que por seu lado é despreparada para as atividades urbanas. Com os recursos repassados na última década ao Acre e principalmente para Rio Branco, como capital, o Governo da Floresta, por meio de investimentos em infraestrutura, obras estru-turantes, restauração urbanística e estímulos à indústria, favoreceu não só o crescimento de Rio Branco, como também mudanças na paisagem da cidade.

A cidade de Rio Branco tem suas atividades ligadas à administração, à indústria de transformação (principalmente as do setor madeireiro, como marcenarias e as de cerâmi-ca), à oferta de bens e prestação de serviços especializados. Como capital estadual, nela se concentram não só os órgãos públicos, municipal, federal e estadual, como sedes de empresas. Pela presença das universidades públicas e privadas, é a sede do saber e da

cultura estaduais. Representa o centro de articulação do estado com o restante da região e do país. Pela sua concentração populacional, coloca-se numa situação de primazia dentro do estado.

Considerações Finais

É impossível dissociar o surgimento de Rio Branco e os surtos de seu crescimento urbano do processo de formação do Acre e da dinâmica posterior de ocupação do seu território. De início, a cidade foi fruto do extrativismo. Após a crise da borracha, assumiu crescente dinâmica e liderança no estado

Podemos identificar para o Acre, com repercussões diretas na cidade de Rio Branco, dois surtos econômicos de características distintas: a borracha e a pecuária. Concomitantemente, outras atividades extrativistas se fizeram presentes e ganharam importância: a castanha e a madeira.

O surto da borracha ocorreu quando na economia nacional a exploração da hevea e do caucho, demandada pela necessidade das inovações tecnológicas, em âmbito mundial, passou a ter força de competição não apenas no nível regional e nacional, mas também internacional. Como é característico de todo ciclo econômico, o da borracha esteve sujeito a flutuações, correspondentes aos momentos de expansão e contração.

No caso do Acre, a borracha foi o primeiro surto econômico registrado e responsável por sua territorialidade. Esse ciclo, no Acre e na Amazônia como um todo, não teve uma periodicidade longa nem estável. Traçando-se uma cronologia do momento em que a atividade irrompeu, atingiu seu auge, decaiu e recrudescer, momentaneamente, não chegaram a decorrer oitenta anos. Por essa razão, bem caracterizou um surto, e não um ciclo.

O surto da borracha no Acre, como em outras partes da Amazônia, propiciou, pela exploração do produto, principalmente em seus momentos de pico, riqueza e lucro para a região enquanto perdurou com força competitiva. O fato de a exploração da borracha não ter levado a uma diversificação econômica e nem mesmo viabilizado o aparecimento de outra atividade que a substituísse determinou uma estagnação do crescimento econômico na região.

No tocante à cidade de Rio Branco, é inegável que o surto da borracha propiciou um surto de crescimento demográfico e um crescimento do espaço construído nos períodos de sua expansão. Paradoxalmente, também em sua fase de retração e estagnação, a borracha deu contribuição positiva ao impulso demográfico da cidade, na medida em que os trabalhadores da borracha, sem perspectivas de permanecerem na atividade, migraram para a cidade.

O segundo surto ocorrido no Acre, identificado como o da pecuária, especialmente concentrada na região de Rio Branco, é resultado de processo distinto do surto da borracha. Sua causa está vinculada a uma demanda exógena, mas inicialmente não internacional, e sim nacional, relacionada ao processo de ocupação da Amazônia. No início deste novo milênio, contudo, passou a ter grande peso a demanda internacional.

A pecuária, como surto econômico, apresentou uma trajetória que se manifestou em duas fases distintas. A primeira corresponde ao momento em que a atividade se instala, cresce, atingindo uma grande expansão. A segunda fase é a da estabilização e modernização decorrentes das barreiras ao seu avanço espacial tendo em vista a sustentabilidade da região.

Diferentemente da borracha, a pecuária, na região de Rio Branco, embora representativa de um trabalho tradicional, na medida em que vem introduzindo melhorias ao processo produtivo – maior lotação nos pastos, aumento do índice de produtividade, boa qualidade sanitária –, tem demonstrado força de competição local e regional, constituindo-se esteio da economia acreana.

O grande surto demográfico registrado na cidade de Rio Branco no período 1970-1990 correspondeu à fase de expansão da pecuária na região.

Algumas conclusões podem ser tiradas diante do exposto à guisa de resposta aos questionamentos formulados:

1. A cidade de Rio Branco teve os seus surtos de crescimento demográfico associados aos surtos econômicos da borracha e da pecuária, como atestado pelos dados apresentados.
2. O surto da borracha no Acre, em seu processo de extração e comercialização do produto, pode ser considerado representativo de “trabalho novo”, na medida em que gerou uma nova divisão social do trabalho, distinta da preexistente na região e na cidade. Todavia, essa divisão do trabalho foi pequena e limitada em seu alcance, portanto, incapaz de mudar o conteúdo e a estrutura da economia acreana e de dinamizar a cidade de Rio Branco.
3. O surto da pecuária, a despeito da característica extensiva da atividade, foi capaz de propiciar o crescimento demográfico e econômico de Rio Branco.
4. Os surtos econômicos não propiciaram a participação de todas as camadas sociais na renda gerada e nem o acesso à educação, saúde, cultura, e por isso não gerou uma divisão social do trabalho.
5. É inegável a influência das forças políticas também no crescimento econômico e demográfico da cidade de Rio Branco, principalmente em vista de seu papel como capital. As razões dos surtos demográficos urbanos em Rio Branco são simultaneamente econômicas e políticas, na medida em que, paralelamente às atividades econômicas que geraram seu crescimento urbano, suas funções políticas representaram força de atração para um grande contingente populacional.

Agradecimento

Pesquisa desenvolvida junto ao Projeto Universal “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq coordenado pela Prof. Dra. Bertha Koiffmann Becker no Laboratório de Gestão do Território - LAGET - da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, C. P. *Castanha-do-pará – sua exportação e importância na economia amazônica*. Ministério da Agricultura, 1963.

ALMEIDA, R. O Acre na economia da Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*, [s.l.], 1945.

Miranda, M.

ALVES, A. O. *Índios kaxarari no contexto das frentes de expansão*. Monografia. Bacharelado em História. 1992. UFAC.

_____. *Breve histórico de ocupação territorial do Acre*. Rio Branco: Documento pessoal, 2000.

ARAÚJO, V. F. *A crise da borracha no primeiro surto e as tentativas de evitar o colapso (1910-1920)*. Monografia. Bacharelado em História. 1999. UFAC.

ARAÚJO, W. S. *Navegando sobre as ondas do daime: História, Cosmologia e ritual da barquinha*. Campinas. Editora da Unicamp, 1999.

AQUINO, T. V.; IGLESIAS, M. P. *Kaxinawá do Rio Jordão – história, território, economia e desenvolvimento sustentado*. Rio Branco: CPI, 1994.

BARBOSA, A. R.; PAULO, E. B. Diferentes suportes da memória da expropriação dos seringueiros. In: *Seringueiro: memória, história e identidade*. Rio Branco: UFAC/DH, 1997.

BENCHIMOL, S. O cearense na Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*, [s.l.], 1945.

_____. *Amazônia: um pouco antes e além-depois*. Manaus: Umberto Calderado, 1977.

CALIXTO, V. O., SOUZA, J. F.; SOUZA, J. D. *Acre: uma história em construção*. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, 1982.

CASTELO BRANCO SOBRINHO, J. M. B. O Juruá Federal (Território Federal). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, [s.l.], 1930.

CARVALHO, C. *História social da borracha – seringueiros no Acre*. Porto Alegre: [s.n.], 2005.

CARVALHO, J. A. M.; MOREIRA, M. M. *Migrações internas da Região Norte*. Belém: SUDAM/CEDEPLAR, 1976.

CASTRO, F. R. S.; SANTOS, M. E. *Acre: o asfalto chegando (1970-1990)*. Bacharelado em História. 1992. UFAC.

CHAVES, A. M. *Exploração da hevea no território federal do Acre*. Rio de Janeiro: Texto apresentado à Exposição Nacional de Borracha, 1913.

COÊLHO, E. M. *Acre: o ciclo da borracha (1903-1945)*. Dissertação. Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais UFF, 1982.

CORREIA, L. M. *A borracha da Amazônia e a Segunda Guerra Mundial*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

COSTA, C. *A conquista do deserto ocidental (subsídios para a história do território do Acre)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

COSTA SOBRINHO, P. V. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez, 1992.

FURTADO, C. *A economia brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

GONÇALVES, C. V. P.; VESENTINI, J. W. *Amazônia, Amazonas*. [S.l.]: Editora Contexto, 2001.

GOVERNO DO ACRE. *Zoneamento econômico e ecológico do estado do Acre*. 2000. CD-ROM.

GUERRA, A. T. *Estudo geográfico do Acre*. Rio de Janeiro: IBGE-CNG, 1955.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros – Rio Branco AC*. v.14, Rio de Janeiro: IBGE-CNG, 1957

_____. *Censo Agropecuário do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960-2006.

_____. *Censo Demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-2007.

_____. *Produção da extração vegetal e da silvicultura*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990-2007.

HILL, J. D. *Rethinking History and Myth – Indigenous South American Perspectives on the Past*. Illinois: University of Illinois Press, 1988.

LIMA, M. F. *O Acre II: nossa terra, nossa gente e nossas coisas*. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura, [s.d.].

MACHADO, L. O. *O nascimento de uma região e a valorização da borracha (1850-1912)*. In: *Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia Humana. Universidade de Barcelona. 2º volume, 3ª parte, 1989.

MAGALHÃES, J. P. *A discriminação de terras na Amazônia (O caso do Acre)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1977.

MARTINELLO, P. A "batalha da borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico. *Cadernos da UFAC* (série "C"), [s.l.], 1988.

MARTINS, E. *Nossos índios, nossos mortos*. Rio Janeiro: CODECRI, 1978.

Miranda, M.

MELO, L. R. *Acre: um espaço em transformação*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Geografia. 1991. UFRJ.

MENDES, A. *A borracha no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difusão, 1943.

MENEZES, M. L. P.; FERNANDES, N. As capitais do Acre: as cidades e os poderes. *Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v.9. n. 194(106), 2005.

MILIKAN, B. H. *Gestão ambiental – políticas públicas*. Rio Branco: IMAC, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Serviço de Estatística da Produção. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.

MIRANDA, M. Uma análise de experimentos alternativos em assentamentos do Acre. In: *Relatório Final CNPq/IRD*, Laget, Rio de Janeiro, p.31-46, 2001.

MURRIETA, J. R.; RUEDA., R. P. (orgs.). *Reservas extrativistas*. Brasília: CNPT, 1995.

NASCIMENTO, D. R. J.; PINHEIRO, M. O. A vida do seringueiro na cidade. In: *Seringueiro: memória, história e identidade*. Rio Branco: UFAC/DH, 1997.

NASCIMENTO, J. F. *A reforma agrária: INCRA – 20 anos de atuação na Amazônia Ocidental (1974-1994)*. Monografia. Bacharelado em História. 1995. UFAC.

OLIVEIRA, L. A. P. *O sertanejo, o brabo e o posseiro (a periferia de Rio Branco e os cem anos de andanças da população acreana)*. Dissertação. Mestrado em Economia. 1982. UFMG.

PINTO, N. P. A. *Política da borracha no Brasil – a falência da borracha vegetal*. São Paulo: Hucitec, Conselho Regional de Economia, 1984.

RANCY, C. *Raízes do Acre (1870-1912)*. Porto Alegre: PUC-RS, 1981.

REBOUÇAS, F. S. *A extração e a indústria da madeira no município de Rio Branco-AC*. Dissertação. Mestrado em Geografia. 2007. UNESP, Fac. Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente.

REIS, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Documentos da Vida Rural, 1953.

_____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Temas amazônicos*. Manaus: UFAM, 1983.

RUIZ, R. P. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. *Reservas extrativistas*. Brasília: CNPT, 1995.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queirós, 1980.

SCHMINK, M.; CORDEIRO, M. L. *Rio Branco, a cidade da florestania*. Belém: EDFPA, 2008.

SILVA, A. V. As migrações nordestinas para a Amazônia no segundo surto da borracha (1930-1945). Monografia. Bacharelado em História. 1992. Rio Branco: Universidade Federal do Acre

SILVA, C. M. *O Palácio de Juramidam*. Santo daime: um ritual de transcendência e despoluição. Dissertação. Mestrado em Antropologia. 1983. UFPE.

SILVA, I. L.; SILVA, M. P. S. A migração rural-urbana dos seringueiros. *Seringueiro: memória, história e identidade*. Rio Branco: UFAC/DH, 1997.

SILVA, L. O. *A luta pela Amazônia*. São Paulo: Editora Fulgar, 1972.

SOUZA, M. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neo-colonialismo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

TOCANTINS, L. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v.I, II e III.

_____. *Estado do Acre – geografia, história e sociedade*. Rio de Janeiro: Philobiblion; Rio Branco: Assessoria de Comunicação Social do Estado do Acre, 1984.

WARREN, D. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1993.

Recebido em: 1/11/2012

Aceito em: 30/5/2013

¹ O Tratado de Ayacucho ampliava o território brasileiro e estabelecia como ponto inicial da fronteira a confluência dos rios Beni e Mamoré, onde se iniciava o Madeira, em direção a leste até a nascente do Javari.

² Assim considerado por ter ficado à margem das penetrações realizadas pelas expedições científicas exploratórias na Amazônia iniciadas no século XIX. A referência à expressão “terras não descobertas” é encontrada em Calixto, V. O. et al. *Acre: uma história em construção*.

³ O nome da vila e da cidade de Rio Branco é uma homenagem ao Barão de Rio Branco.

⁴ Organização político-administrativa de uma área territorial integrada à União e criada por decreto-lei.

⁵ Estabelecimento pioneiro no Pará foi o do português Elias José Nunes da Silva, visconde de Santo Elias, que aviou João Gabriel de Carvalho Mello na sua investida na região. Relação das casas aviadoras e exportadoras da primeira década do século XX: 1 – Relação das casas aviadoras de Manaus em 1906, B. Antunes e Cia.; Montenegro e Cia.; J. G. Araujo Melo e Cia.; Freitas Ferreira e Cia.; B. Levi e Cia.; J. C. Arana e Germanos; Tavares Gomes e Cia.; Gomes e Pereira; A. C. de Araujo; M. Lobo; Antonio Cruz e Cia.; S. Garcia e Cia.; Gaspar Almeida e Cia.; A. Leite e Cia.; Luis Mendonça e Cia.; João Martins e Cia.; Neves Castro e Cia.; João Alves de Freitas; Ribas e Cia.; Armindo R. da Fonseca; Carvalho e Barros; Caetano Monteiro; Fernandes e Cia.; J. C. Del Arguila; 2 – Casas aviadoras estrangeiras estabelecidas em Manaus, Dusendschon e Cia.; Witte Cia; Odelbert H. Alden; Neale e Staats; J. H. Andersen; Reeks e Astlet; B. A. Antunews e Cia.; Kalm Polack e Cia.; Denis Conan e Cia.; Marius O. Levy; Luiz Schilll e Sobrinhos; Melo e Cia e 3 – Casas exportadoras do Pará, Shrader; Grüner and Company (consórcio germânico-britânico); Adalbert H. Adden (americana); Scholz Hartge e Cia. (alemã).

⁶ Negociantes fluviais que vendiam mercadorias aos seringueiros a um preço mais baixo que os barracões.

⁷ Friboi, Santa Marina e Novo Milênio estão localizadas em Rio Branco. Os dois primeiros pertencem respectivamente a grupo de Goiás e São Paulo. Em Senador Guiomard, no Baixo Acre e na área de influência de Rio Branco encontra-se o frigorífico Frigomardi, de grupo da região.